

PARECER N.º 6/CITE/2007

Assunto: Parecer prévio nos termos do n.º 1 do artigo 51.º do Código do Trabalho, conjugado com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 98.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho
Processo n.º 7 – DGPL-C/2007

I – OBJECTO

1.1. Em 8 de Janeiro de 2007, a CITE recebeu da ..., S.A., cópia de um processo de despedimento colectivo, no qual se incluem as trabalhadoras grávidas:

- ... (operadora especializada de 1.ª);
- ... (escriturária principal);
- ... (operadora especializada de 1.ª);
- ... (operadora especializada de 2.ª);
- ... (chefe de equipa);
- ... (especialista de 1.ª);
- ... (operadora especializada de 1.ª),

as trabalhadoras puérperas:

- ... (operadora especializada de 1.ª);
- ... (coordenadora de operadores especializados);
- ... (operadora especializada de 2.ª);
- ... (operadora especializada de 1.ª);
- ... (projectista);
- ... (operadora especializada de 2.ª);
- ... (operadoras especializadas de 2.ª);
- ... (operadora especializada de 1.ª),

e as trabalhadoras lactantes:

- ... (1.ª escriturária);
- ... (operadora especializada de 2.ª);
- ... (operadora especializada de 1.ª);
- ... (projectista);
- ... (operadora especializada de 2.ª);
- ... (operadora especializada de 1.ª);
- ... (operadora especializada de 1.ª);

- ... (operadora especializada de 2.^a);
- ... (operadora especializada de 1.^a);
- ... (operadora especializada de 2.^a);
- ... (coordenadora de operadores especializados);
- ... (operadora especializada de 1.^a);
- ... (operadora especializada de 1.^a);
- ... (operadoras especializadas de 1.^a);
- ... (técnica fabril 5.º e 6.º ano – verificadora de qualidade), para efeitos da emissão de parecer prévio, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 51.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, conjugado com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 98.º da lei regulamentadora do Código do Trabalho – Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho.

1.2. Dado não constarem do processo de despedimento documentos que demonstrem o decréscimo do volume de vendas que motiva o encerramento das secções da fábrica relativas à produção, foi solicitado o seu envio à direcção da ...

1.3. A mencionada documentação foi recebida na CITE, em 10 de Janeiro de 2007.

1.4. Das 30 trabalhadoras indicadas em 1.1. do presente parecer, 22 encontram-se afectas à secção de montagem final. As restantes trabalhadoras encontram-se afectas à secção de gestão de materiais, à secção de corte e gravação, à secção de recursos humanos, à secção de segurança, higiene e ambiente, à secção de qualidade e montagem, à secção de ..., à secção de engenharia de produção e à secção de qualidade AE.

1.5. Para o despedimento de 440 trabalhadores (número no qual se incluem as 30 trabalhadoras atrás identificadas), a referida sociedade invoca, sucintamente, os seguintes motivos:

1.5.1. A ..., S.A., tem por objecto o fabrico e a comercialização de cablagens para veículos automóveis, sendo a ... *única fornecedora de cablagens principais para o monovolume construído pela ...*, que é a sua única cliente.

1.5.2. A ... produz ainda *spare parts* para a ... Alemanha e para a ... Inglaterra, o que importa em cerca de um por cento da produção e facturação da empresa.

- 1.5.3.** A crise no sector automóvel tem afectado a ..., que vem registando um decréscimo da respectiva actividade desde 2003, sendo previsível um volume de vendas não superior a 43.000 veículos para o ano de 2006, e um decréscimo das solicitações à ... durante o ano de 2007.
- 1.5.4.** O ... – encontra-se em fase descendente de produção e comercialização e deixará de ser vendido, previsivelmente, no primeiro trimestre de 2008, não tendo a ... solicitado a produção das cablagens do novo veículo comercializado – o ...
- 1.5.5.** Em 2003, a empresa fabricou 109.971 cablagens para veículos automóveis, o que corresponde a uma média diária de 491 unidades. Em 2004, fabricou 95.538 cablagens, o que corresponde a uma média diária de 487 unidades, tendo interrompido a produção durante 33 dias. Em 2005, fabricou 79.514 cablagens, o que corresponde a uma média diária de 364 unidades, tendo interrompido a produção durante 9 dias.
- 1.5.6.** A factualidade referida no ponto 1.5.5. do presente parecer e o facto de ter sido encerrada a secção de fabrico de cablagens acessórias implicaram para a empresa, entre 2003 e 2005, um decréscimo nos níveis de facturação superior a 27%.
- 1.5.7.** Devido a resultados líquidos de exercício negativos, a ... solicitou à accionista ..., entre 2004 e Janeiro de 2006, a entrada de prestações acessórias e promoveu a redução do pessoal, de modo a acompanhar os níveis de produção.
No entanto, ... até final de Outubro de 2006, a empresa registou resultados negativos no montante de €4. 998.000.
- 1.5.8.** Embora os planos de produção relativos ao ano de 2007 não sejam definitivos, é previsível o decréscimo de actividade e o desequilíbrio económico-financeiro da empresa.
- 1.5.9.** Em consequência dos motivos apontados, a sociedade irá proceder ao encerramento das secções ligadas à área da produção, ocorrendo a cessação dos contratos de trabalho dos trabalhadores/as abrangidos/as, no dia 28 de Fevereiro de 2007.
- 1.5.10.** A empresa irá manter ... *em funcionamento a secção de spare parts, a qual assegura encomendas isoladas, pontuais, de cablagens acessórias do ... e de cablagens principais do ... (modelo anterior ao ...) para veículos em circulação, sendo afectos ... um conjunto de trabalhadores às actividades de logística e de recuperação das*

cablagens do ... , mantida uma equipa de apoio às linhas da ... e ... asseguradas algumas tarefas de natureza administrativa e de apoio técnico, também de suporte internacional.

- 1.6. A entidade patronal apresenta como critérios que servem de base à selecção de trabalhadores a despedir o encerramento das secções da fábrica ligadas à área de produção e conseqüentemente a desnecessidade de manter postos de trabalho afectos a tal.
- 1.7. A entidade patronal informa ainda que, nas secções a manter em funcionamento, serão reduzidas a actividade e as tarefas residuais. No entanto, irá adoptar os critérios indicados no anexo III do processo de despedimento.
- 1.8. Os/as trabalhadores/as incluídos/as no processo de despedimento colectivo, mormente as grávidas, puérperas e lactantes, foram representadas pela Comissão de Trabalhadores, nas reuniões sobre informação e negociações, realizadas em 14/12/2006, 18/12/2006, 03/01/2007 e 05/01/07, nas quais também estiveram presentes representantes da entidade empregadora, trabalhadores/as, um representante do Centro de Emprego e um representante da Direcção-Geral do Emprego e Relações de Trabalho.
Na referida reunião, foi celebrado o acordo parcelar a que se referem o artigo 420.º e o artigo 422.º do Código do Trabalho, não tendo sido levantadas questões que se relacionem com as citadas trabalhadoras.
De salientar ainda que o representante da DGERT referiu que o processo cumpre os requisitos legais, previstos no artigo 419.º do Código do Trabalho.

II – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

- 2.1. A legislação nacional prevê o direito a especial protecção durante a gravidez e após o parto, incluindo a dispensa do trabalho por período adequado, sem perda de retribuição ou de quaisquer regalias (Cfr. n.º 3 do artigo 68.º da Constituição da República Portuguesa).
- 2.2. Como consequência do princípio constitucional indicado, impõe o n.º 1 do artigo 51.º do Código do Trabalho que a cessação do contrato de trabalho de trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes carece sempre de parecer prévio da entidade que tenha competência na área da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. A

entidade com as competências mencionadas é, de acordo com o n.º 1 do artigo 496.º do Código do Trabalho, a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

- 2.3.** Assim sendo, a CITE ao pronunciar-se sobre um processo de despedimento de trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes, que lhe é presente, tem de obrigatoriamente conhecer da matéria de facto, verificar da sua conformidade com as normas legais, a fim de constatar se existe, ou não, discriminação com base no sexo. O não respeito das regras estabelecidas na lei nesta matéria pode indiciar a existência de discriminação.
- 2.4.** Por imposição do artigo 397.º do Código do Trabalho, considera-se despedimento colectivo a cessação de contratos de trabalho promovida pelo empregador e operada simultânea ou sucessivamente, abrangendo, pelo menos, dois ou cinco trabalhadores, conforme a dimensão da empresa, ou sempre que aquela ocorrência se fundamente em encerramento de uma ou várias secções ou estrutura equivalente ou redução de pessoal determinada por motivos de mercado, estruturais ou tecnológico.
- A lei considera motivos de mercado, nomeadamente, a redução da actividade da empresa provocada pela diminuição previsível da procura de bens ou serviços ou a impossibilidade superveniente, prática legal, de colocar esses bens ou serviços no mercado. E motivos estruturais, designadamente, o desequilíbrio económico-financeiro, mudança de actividade, a reestruturação da organização produtiva ou a substituição de produtos dominantes.
- 2.5.** O presente despedimento colectivo é motivado pelo encerramento de várias secções da fábrica ligadas à área produtiva, devido ao decréscimo do volume de vendas que tem provocado resultados de exercício negativos, o que constitui motivo de mercado e motivo estrutural para o despedimento dos/as trabalhadores/as.
- 2.6.** De acordo com os elementos disponíveis no processo, constata-se que a empresa deu cumprimento aos procedimentos legais previstos nos artigos 419.º e 420.º do Código do Trabalho.
- 2.7.** Por outro lado, a documentação junta ao processo pela sociedade comprova os factos alegados respeitantes à quebra do volume de vendas que motiva o encerramento definitivo das secções da fábrica ligadas à área da produção.
- Além do mais, as trabalhadoras que são objecto de protecção especial estiveram representadas pela Comissão de Trabalhadores nas reuniões ocorridas sobre informação

e negociações, não tendo aquela levantado quaisquer questões que se relacionem com tal.

- 2.8.** Face ao que precede, a CITE emite parecer favorável à inclusão das trabalhadoras já atrás identificadas no processo de despedimento colectivo promovido pela ..., S.A., devido aos motivos apontados nos pontos 2.4. a 2.7. do presente parecer.

III – CONCLUSÃO

- 3.1.** Face a todo o exposto, a Comissão não entende haver razão para emitir parecer desfavorável à inclusão das trabalhadoras atrás identificadas no processo de despedimento colectivo promovido pela ..., S.A., face aos motivos apontados nos pontos 2.4. a 2.7. do presente parecer.

**APROVADO POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES NA REUNIÃO DA
CITE DE 29 DE JANEIRO DE 2007**